

Exemplo perigoso

A permissão dada pelo Conselho Monetário Nacional, em sua reunião de 27 de maio, ao governo do Estado de São Paulo para que role sua dívida, estimada em cerca de Cr\$ 13 trilhões em valores atualizados, junto aos bancos estaduais paulistas, bem mais do que derrubar o rígido esquema de controle do Banco Central sobre as dívidas de estados e municípios, pode desencadear uma alucinada corrida dos demais estados e cidades endividados em busca de licença para aumentar seus débitos. Sejam quais forem os argumentos usados — em geral, será dito que é preciso reativar a economia nacional, sufocada hoje pela política recessiva oficial —, é provável que o objetivo final da esmagadora maioria dos solicitantes seja mesmo o de acionar obras nem sempre importantes. Porque este é um ano eleitoral.

O Estado de São Paulo, o mais rico, influente e poderoso da União, exigiu e conseguiu não apenas a rolagem de sua dívida, mas também a autorização para contratar novos empréstimos junto aos seus bancos. Na mesma reunião do CMN, conseguiram socorro, em caráter de excepcionalidade, a Caixa Econômica Federal, o BNDES e o Banco do Nordeste do Brasil. Na próxima reunião, marcada para terça-feira, esta fila deve ser engrossada por outros organismos financeiros estatais e por estados e municípios. Caso as concessões continuem, poderá ser posta em jogo toda a política de austeridade do Governo, toda sua luta para controlar o déficit público.

Esta perigosa abertura, determinada pelo Presidente da República, teria causado sérias divisões entre os principais membros da equipe econômica, levando o presidente do Banco Central a pensar em deixar o cargo, no que foi demovido pelo ministro Marcílio Marques Moreira, da Economia. As leis restritivas ao endividamento eram e continuam sendo válidas. Está bem claro na memória nacional o descalabro de vários governos estaduais e de muitas prefeituras das grandes cidades que, a exemplo da União, assumiram compromissos externos praticamente impagáveis. Nos últimos dois anos, o Governo Federal tinha conseguido estancar esta sangria, que agora está sendo reaberta.

Ninguém desconhece a profundidade da recessão brasileira: aí estão os indicadores sobre desemprego, queda no consumo, no valor real dos salários e na arrecadação de impostos. Também não se pode negar aos governadores o direito de buscar soluções que ativem as economias de seus estados. Esta questão do endividamento, no entanto, deve ser vista com muita cautela e dentro de um prisma maior, que é o da recuperação da economia brasileira como um todo. Acima de tudo deve estar o interesse do País. Finalmente, mais do que tudo, deve ser levado em conta o fato de que este é um ano eleitoral, onde a tentação de desperdiçar verbas preciosas em obras claramente demagógicas e até mesmo dispensáveis é muito forte, e pode seduzir até mesmo aqueles administradores mais criteriosos e austeros.